



As Guerras do "Corno de África"

HÉLIO FELGAS

*Matéria extraída da Revista Militar (n.º 4, abril de 1990),
publicação portuguesa iniciada em janeiro de 1894.*

*É uma síntese da situação em uma das regiões mais
problemáticas do planeta.*

*Convida o leitor a refletir sobre a simplicidade dos
problemas do nosso País e aguçam a incompreensão
sobre a incapacidade que se tem de resolvê-los.*

O "Corno de África" é aquela saliência aguda que a costa oriental africana "aponta" à pequena ilha de Socotorá, no golfo de Aden (Oceano Índico).

Parece realmente um corno, mas de rinoceronte, com uma base muito larga e uma ponta estreita e assimétrica.

É costume incluir nesta região a Etiópia, a Somália e Djibuti, embora haja quem nela também inclua o Sudão.

Por conveniência própria, deixaremos o Sudão para outra ocasião. Os outros três países chegam para nos referirmos a uma das zonas mais conturba-

das, pobres e infelizes de toda a África. Nela existem milhões de tudo o que é mau: milhões de mortos em guerras que duram há muitos anos; milhões de esfomeados devido às secas prolongadas; milhões de refugiados que as guerras e as secas fazem deslocar penosa e constantemente; milhões de pobres sem quaisquer recursos; milhões de doentes sem quaisquer cuidados médicos mínimos.

Tanto a ONU como divesos países têm procurado socorrer as populações do "Corno de África". Mas este auxílio tem conhecido os maiores obstáculos, não só por falta de comunicações e meios de transporte adequa-

dos, como também porque os contendores raramente facilitam a ajuda, parecendo mais interessados em utilizá-las em proveito próprio e em destruir vidas do que em salvá-las.

A mudança que atualmente se verifica em todo o mundo, graças à nova política soviética e ao apoio dos países ocidentais, com realce para os Estados Unidos, parece poder vir a favorecer também o "Corno de África". Iniciam-se contatos e levam-se a cabo negociações que talvez venham a dar resultados positivos, pelo menos no que respeita à eliminação ou suspensão das guerras. Tudo começou demasiado tarde, porém. Nada nem ninguém poderá já salvar os milhões de mortos dos últimos quinze anos de guerras e de secas. E quantos dos milhões dos refugiados sobreviverão?

O objetivo do presente trabalho é traçar um quadro dos acontecimentos ocorridos nos últimos anos nos três territórios do "Corno de África", focando dentro do possível o estado atual da situação e as perspectivas que se abrem a médio e longo prazos.

A ETIÓPIA

A Etiópia (antiga Abissínia) é o país independente mais antigo da África, com mais de dois mil anos de existência. Mas hoje é talvez o mais pobre e desgraçado de toda a África, com um

rendimento anual "per capita" pouco superior a 110 dólares.

Com 1.220.000 quilômetros quadrados e 42 milhões de habitantes, a Etiópia não tem riquezas minerais conhecidas, embora disponha de um considerável potencial hidroelétrico, para cujo desenvolvimento são necessárias verbas que não existem. A grande maioria do povo é analfabeta e quase sem recursos, vivendo em minúsculas aldeias espalhadas pelas elevadas montanhas. Na maior parte, os etíopes são cristãos coptas, que os portugueses das Descobertas bem conheceram e a quem o atual regime marxista-leninista não agrada.

Grande parte da Etiópia encontra-se na faixa do Sahel, que tão flagelada tem sido pelas secas, ocorridas com curtas intermitências desde 1972 a 1988. Até ao princípio de 1989, altura em que as chuvas voltaram com violência, formando enxurradas que destruíram estradas e pontes, já tinham morrido de fome mais de 350.000 etíopes. Isto apesar do auxílio alimentar externo, incrementado em especial a partir de 1985, mas sem merecer do governo de Addis-Abeba o apoio indispensável para o seu transporte e distribuição. Parte desse auxílio foi absorvido pelas próprias forças militares e por funcionários corruptos. E os civis são tão pobres que ao perderem as suas colheitas e os seus gados devido às secas, ficam sem nada para

poder comprar e, para poder sobreviver, só lhes resta emigrar, enquanto têm forças para andar.

Além de que as guerras têm consumido boa parte dos homens mais vigorosos, deixando as aldeias só com velhos, mulheres e crianças, que têm sido as principais vítimas.

A guerra e a fome têm levado milhões de etíopes para fora do país. Calcula-se em 800.000 os refugiados no Sudão, 100.000 em Djibuti, 150.000 na Somália e muitos milhares no Quênia.

Em Setembro de 1974, a milenária Etiópia conhecia já uma difícil crise econômica, originada pelas secas iniciadas dois anos antes e agravada pela guerra que havia doze anos grassava na Eritreia.

A culpa dessa situação era atribuída ao Imperador Hailé Selassié que, com facilidade e sem grande alarde, foi deposto no dia 12 por um Comitê Militar chefiado pelo General Andom, por sua vez deposto (e assassinado) no final de novembro por um movimento liderado pelos majores Mengistu Mariam e Atnafu Abate, sendo nomeado chefe de Estado o Brigadeiro Teferi Bante.

Mengistu Mariam liquidou sucessivamente Abate e Bante e tornou-se o presidente da República Popular Democrática Etíope, marxista-leninista, criada em 1976. No princípio de 1977, Cuba deu-lhe o seu apoio, o mesmo fazendo a União Soviética.

Todo o armamento que os Estados Unidos haviam concedido à Etiópia de Hailé Selassié (considerada então como o principal aliado africano de Washington) foi substituído por material russo. E Moscou estabeleceu mais de uma dúzia de acordos de cooperação com o novo regime etíope que, com firmeza, eliminou toda a resistência interna que se lhe opôs, utilizando não raro processos sanguinários. E, ainda em 1977, correu com os americanos, trocando o anterior alinhamento com o Ocidente por uma forte aliança com o Leste.

Essa aliança permitiu a Mengistu conservar o Ogaden que a Somália invadiu em 1977, contando com uma provável debilidade do novo governo etíope.

Desde 1975 que a Frente de Libertação da Somália Ocidental (FLSO), armada e apoiada por Mogadíscio, levava a cabo uma guerra de guerrilhas no Ogaden. Essa Frente foi reforçada em 1977 com milhares de soldados somalis, propositadamente passados à disponibilidade, e venceu os etíopes em vários encontros, chegando a cortar, em Dire-Dawa, o caminho-de-ferro Addis-Ababa-Djibuti, vital para a economia tíope.

Quando tudo parecia perdido para Mengistu, Cuba e a Rússia estabeleceram pontes aéreas que levaram à Etiópia centenas de cubanos e sofisticado material de guerra soviético, com destaque para os carros de combate T-62 e T-54 e para os "Mig-21".

Assistiu-se assim a uma guerra convencional (pouco noticiada no Ocidente) onde ambos os contendores empregavam o mesmo armamento, pois a Rússia também armara e organizara militarmente a Somália.

No princípio de 1978, centena e meia de tanques russos libertaram Dire-Dawa e continuaram avançando para Sul. Outros tanques helitransportados atacaram os somalis pela retaguarda, matando milhares. Os centros urbanos tomados pelos somalis foram recuperados pelos etíopes e, em março, o Presidente Siad Barre ordenou a total retirada dos seus homens para território somali.

A guerra entre a Etiópia e a Somália acabara. Mas só dez anos depois, em abril de 1988, houve contatos entre os dois países para um acordo de paz. Claro que isso já foi feito com o apoio dos Estados Unidos e da Rússia, além da França, Itália e Grã-Bretanha.

Também os rebeldes da Eritréia quiseram aproveitar a confusão reinante em Addis-Abeba após o golpe de Mengistu. E se se tivessem unido, talvez tivessem tido êxito. Continuaram porém divididos em três movimentos, embora a Frente de Libertação da Eritréia (FLE) e as Forças Populares de Libertação da Eritréia (FPLE) fossem os mais importantes, chegando a reunir cerca de 140.000 guerrilheiros, apoiados pela Arábia Saudita, o Kuwait e o Sudão, em especial.

No princípio de 1977, a FLE tomou Om Hajer na fronteira entre a Etiópia e o Sudão, seguindo-se Keren e Agordat sobre o caminho-de-ferro de Asmara, a segunda cidade da Etiópia. Por seu lado, a FPLE atuava em toda a costa do Mar Vermelho, ocupando diversos pequenos portos, mas não conseguindo apossar-se dos dois mais importantes: Massawa, ao Norte, e Assab, junto a Djibuti, devido ao apoio naval fornecido pelos navios de guerra russos a partir do Mar Vermelho.

Entretanto Mengistu resolvera a questão do Ogaden e voltava-se novamente para a Eritréia. Tinha agora centenas de tanques e uma aviação poderosa, cujos bombardeios afetaram severamente os rebeldes. Pouco a pouco foi recuperando as cidades perdidas em 1977 no Norte e, na segunda metade de julho de 1978, lançou na batalha 350 carros de combate e mais de 50.000 homens. Só Keren resistiu até novembro, altura em que os pequenos portos conquistados pela FPLE foram retomados pelas forças etíopes.

Se em 1977 os etíopes tinham tido alguns milhares de mortos, em 1978 os separatistas eritreus tiveram muito mais. Além disso, 300.000 eritreus refugiaram-se no Sudão e em Djibuti. Mas a resistência eritréia continuou, agora com maior destaque para a FPLE, que em 1981 dizia contar com 40.000 homens, tendo a FLE uns 7.000.

Apesar de tantos milhares de

mortos e refugiados, a rebelião eritréia manteve-se e teve até em seu favor o desenvolvimento de uma outra rebelião na província do Tigré, situada entre a Etiópia e a Eritréia.

Será talvez útil dizer alguma coisa sobre a importância que, para a Etiópia, têm as regiões rebeladas: o Tigré, a Eritréia e o Ogaden, para já não falar na região fronteira do Sudoeste.

O exército etíope atinge hoje mais de 300.000 homens sugando praticamente todos os recursos do país (absorve cerca de 50% do orçamento geral) e lutando em diversas frentes.

O Tigré é uma província do Nordeste da Etiópia, povoada em grande parte por um grupo étnico diferente dos etíopes (os amaras). Esteve sob controle da FPLE até 1986, mas hoje tem a sua Frente Popular de Libertação do Tigré (FPLT), que aspira à autodeterminação. Com 65.000 quilômetros quadrados, tem uma população superior a 5 milhões de habitantes, muitos dos quais morreram devido à guerra e às secas, enquanto outros se refugiaram no Sudão. Mas os guerrilheiros da FPLT têm-se mostrado muito ativos e seu chefe, Yemane Kidane, já estabeleceu contatos externos, em especial com os países escandinavos. Segundo ele afirma, o seu movimento controla todas as cidades do Tigré exceto uma, estando no entanto disposto a encetar ne-

gociações de paz com o governo etíope.

A Eritréia é uma província do Norte e Nordeste da Etiópia, com 117.000 quilômetros quadrados, ocupando toda a costa etíope do Mar Vermelho. Aí se situam todos os portos etíopes, embora só os dois que mencionamos atrás, Massawa e Assab, mereçam referência. Daí a vital importância da Eritréia para a Etiópia que, sem ela, se tornaria um país interior. A população, hoje reduzida pela guerra, pelas secas e pela fuga para o Sudão e para Djibuti, atinge os 3 milhões de habitantes étnica e religiosamente (na maior parte são muçulmanos) diferentes dos etíopes.

A Eritréia, cuja capital é Asmara, foi colônia italiana de 1894 a 1941, sendo por isso econômica e socialmente mais desenvolvida que a Etiópia e disposta de uma melhor rede rodoviária. Após a derrota italiana foi administrada pela Grã-Bretanha até 1952. A ONU decidiu então que ela devia federar-se com a Etiópia, embora como unidade autônoma. Mas, em 1962, o Imperador Hailé Selassié acabou com tal autonomia e anexou-a, começando logo a seguir a guerrilha.

Quanto ao Ogaden é hoje uma província etíope com a forma de uma larga cunha enterrada na Somália. Com 240.000 quilômetros quadrados, é povoada quase só por tribos nômadas somalis islamizadas, o que as faz ser ainda mais diferente dos etíopes. Quase

totalmente desértica, parece que terá petróleo por explorar. Lá continua a atuar a FLSO, em nome do governo somáli, a quem o território outrora pertencia. E o auxílio externo aos 250.000 refugiados aí existentes continua a ser dificultado pelas próprias autoridades etíopes.

A Eritreia, o Tigré e o Ogaden totalizam, assim, mais de 420.000 quilômetros quadrados de superfície e uns 9 ou 10 milhões de habitantes. Se conseguissem separar-se da Etiópia, este país ficaria um terço menor e um quarto menos povoado.

A ideologia política imposta por Mengistu destruiu a agricultura etíope, que já no tempo de Hailé Selassié se desenvolvia com dificuldade, pois o Imperador, para acabar com o regime feudal que ainda existia no país, tinha nacionalizado as terras, em 1965. Uma reforma agrária num território cujos habitantes ainda viviam isolados nas montanhas e apenas trabalhavam para a sua subsistência nunca podia dar resultados favoráveis.

Pior foi ainda quando as secas impediram totalmente a agricultura em boa parte da Etiópia e quando os homens mais aptos para o trabalho foram alistados para a guerra. Nada restou comer, pois a falta ou deficiência das comunicações rodoviárias e o desvio fraudulento dos alimentos enviados do exterior impediram que estes chegassem aos esfomeados.

A política de repovoamento forçado também não deu resultado, pois os etíopes deslocados mostram-se incapazes de se adaptarem aos novos locais, previamente escolhidos, não pela sua fertilidade ou bom clima, mas por ficarem longe das bases dos rebeldes.

O entusiasmo provocado pela revolução de 1974 esmoreceu rapidamente, em face das medidas tomadas pelo coronel Mengistu, que parecia obcecado em levar avante apenas a sua ideologia. Ele destruiu praticamente todas as instituições etíopes, com exceção das forças armadas. E, tal como Fidel Castro, não hesitava em declarar que não seguiria obrigatoriamente as mudanças operadas por Gorbachev na Rússia.

Foi talvez esse descontentamento que levou à tentativa de golpe-de-estado, de 16 de maio de 1989, ocorrida quando Mengistu se encontrava de visita à Alemanha Oriental. Essa tentativa foi rapidamente sufocada em Addis Abeba mas durou dois ou três dias na Eritreia, onde os rebeldes decidiram suspender as suas atividades, a fim de dar liberdade às forças militares etíopes locais para secundarem o golpe, cujo insucesso foi confirmado logo após o regresso apressado de Mengistu à Etiópia. A importância da intenção foi no entanto inegável, pois nela morreram pelo menos onze generais, entre eles o Chefe do Estado-Maior e o Ministro da Defesa.

Já em junho, no Parlamento etíope, o presidente Mengistu, talvez por pressão dos Estados Unidos e da própria Rússia, reconheceu ser indispensável uma nova iniciativa de paz, "tendo em conta os desejos do nosso povo e a atual situação internacional". O Parlamento aprovou então uma moção para a abertura de negociações de paz, sem se referir exclusivamente nem à FPLE nem à FPLT (que, como dissemos, pouco antes declarara estar disposta a negociar).

Talvez por isso, a FPLT aceitou logo a moção parlamentar mas depois rejeitou-a, devido à aviação etíope ter bombardeado severamente uma das cidades por ela controladas.

Também a FPLE rejeitou a moção, talvez por saber que o governo etíope jamais dará a independência à Eritréia e isso ser a sua principal exigência. Mas concordou em negociar a paz desde que estivesse presente, pelo menos, uma terceira parte, escolhida de comum acordo. Nessa altura, a guerra da Eritréia já começara a preocupar os Estados Unidos e a Rússia, no mesmo sentido do que ocorrera com Angola.

No final de julho de 1989, a Organização da Unidade Africana realizou em Addis-Abeba, sua 25.ª sessão anual. Da meia centena de Chefes de Estado africanos, apenas 16 estiveram presentes, tendo os outros países sido representados pelos Primeiros-Ministros ou mesmo pelos Minis-

tros dos Estrangeiros. Mengistu não deve ter ficado satisfeito, sentindo certamente que a hora não era de extremismos e teimosias ideológicas mas sim de diálogo pragmático. Com certa surpresa, por não ser usual nessas reuniões, o próprio Mengistu falou das rebeliões existentes no seu país e pediu, às delegações presentes, o seu apoio para ser alcançada a paz.

Foi, no entanto, o antigo presidente norte-americano Jimmy Carter que, após várias visitas à Etiópia, conseguiu obter dos contendores a anuência para ele próprio se tornar um mediador válido para todos. Por isso, delegações da Etiópia e da Eritréia reuniram-se, em 7 de setembro, na cidade natal de Carter, Atlanta, nos Estados Unidos.

A SOMÁLIA

A Somália é um país que procura manter a sua já considerável superfície (cerca de 640.000 quilômetros quadrados), anexando territórios também semi-áridos dos Estados seus vizinhos.

Isto pode parecer estranho mas não é. De fato, o que o governo de Mogadíscio, a capital, pretende é reunir todos os povos somálicos do "Corno de África", povos esses que vivem (nomadeiam, seria o melhor termo) não só na atual Somália mas também no Ogaden etíope, no Nordeste queniano e até no pequeno Djibuti.

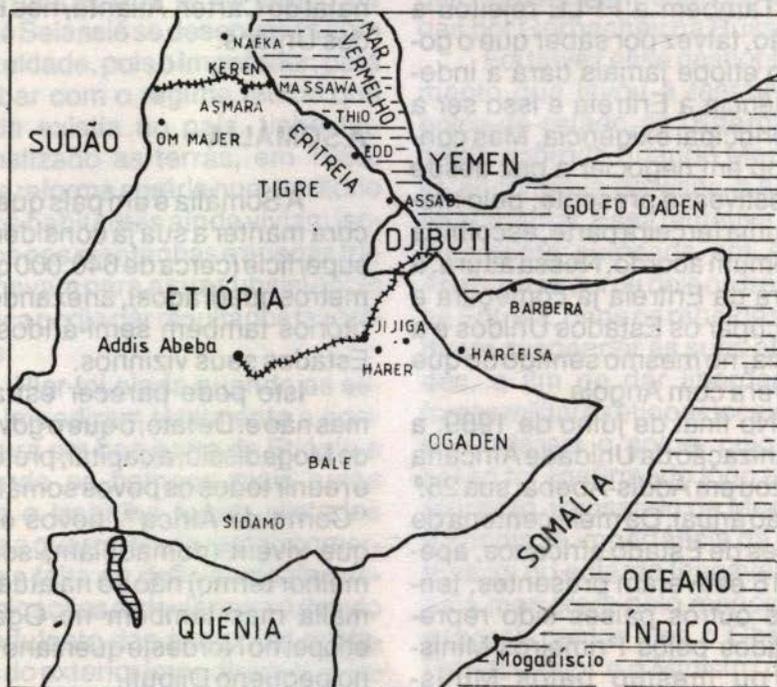
Se a Grande Somália chegar a concretizar-se (o que é muito pouco provável) ela ocupará mais de um milhão de quilômetros quadrados, mas a sua população, que hoje é inferior a 6 milhões de habitantes, com poucos mais ficará, pois quer o Ogaden quer o Nordeste queniano são muito pouco povoados.

Há séculos que os Hamitas somális pastoreiam os seus rebanhos de carneiros, cabras e camelos por quase todo o litoral do "Corno de África", desde Djibuti ao Norte do Quênia. O clima obriga-os a esse tipo de vida, sempre

à procura de água. Divididos em dois grupos étnicos principais — os Danakiles e os Gallas — foram empurrando para o Sul os negros bantos, de que hoje só restam uns 100.000 na Somália.

A sua língua, até há pouco sem escrita nem livros, passando oralmente de pais para filhos, a sua religião muçulmana, a sua etnia pouco diversificada e o seu quase uniforme modo de vida (o pastoreio nômade), deram aos somális uma cultura que poucos povos africanos podem apresentar. E que diversas nações estranhas tentaram neutralizar.

O "CORNO" DE ÁFRICA



Assim, a Etiópia ocupou o Ogaden, a França dominou o Djibuti em 1881, a Itália fez da metade Sul, primeiro um protetorado (em 1889) e depois uma colônia (em 1905) e a Inglaterra ficou com a parte Norte em 1884, dominando assim totalmente o Golfo de Aden.

Isto é, quatro países dividiram entre si as terras semi-áridas do "Corno de África", que os somális consideravam só suas e de cuja posse nunca abdicaram pacificamente.

Na Segunda Guerra Mundial, após a derrota militar italiana de 1941, a sua colônia passou a ser administrada pelos ingleses. Mas, em 1950, a ex-Somália italiana foi colocada sob controle da ONU. Em em 1960, juntou-se à antiga Somália inglesa para formarem a República Democrática da Somália, que ascendeu à independência em 1 de julho de 1960.

A França continuou em Djibuti (então chamada Costa Francesa dos Somális), a Etiópia com o Ogaden e a Inglaterra com o Quênia, cuja fronteira nordeste incluía terras percorridas pelos nômades somális.

Mas o governo de Mogadíscio nunca deixou de reivindicar os seus direitos sobre os territórios onde vivem tribos somális, fazendo-o por vezes com certa violência, embora ainda na década de 60 tivesse estabelecido acordos com o Quênia (em 1967) e com a Etiópia (em 1968), mantendo além disso bem claro que se considerava como herdeira de Djibuti no

dia em que a França deixasse esse território.

Em outubro de 1969, um golpe-de-estado levou ao poder o atual presidente Johamed Siad Barre, que procurou abrir o seu país, estabelecendo relações não só com os países árabes (a Somália faz parte da Liga Árabe), mas também com o Ocidente e em especial com a União Soviética.

Os acordos com Moscou visaram, entre outras coisas, ao treino e armamento do exército somáli pelos soviéticos que aprofundaram o porto de Berbera, para aí instalarem uma base naval, enquanto preparavam a cidade de Hargeisa como base terrestre dirigida contra a Etiópia.

Simultaneamente, Siad Barre reforçou o apoio à Frente de Libertação da Somália Ocidental (FLSO), que atuava no Ogaden desde 1975, em guerra de guerrilhas.

A FLSO reivindicava praticamente toda a enorme cunha ogadense desde a fronteira queniana até Djibuti. Dispunha de alguns milhares de guerreiros dotados de armamento soviético fornecido pela Somália.

Como já dissemos, a confusão em Addis-Abeba resultante da feroz luta pelo poder entre os oficiais revolucionários etíopes, pareceu propícia a Siad Barre para tentar a recuperação total do Ogaden. Por isso reforçou substancialmente os guerrilheiros da FLSO que, em maio de 1977, começa-

ram a ocupar aldeias e vilas do Ogaden, vencendo com relativa facilidade a resistência militar etíope, tanto mais que as populações locais, em grande maioria nômades de etnia somáli, lhe davam declarado apoio.

O objetivo final da invasão somáli era apoderar-se do Ogaden. Mas o êxito da operação dependia da neutralização do caminho-de-ferro Addis-Abeba-Djibuti, de vital importância não só para a economia etíope, mas também para os deslocamentos das suas tropas.

Por isso, os grupos da FLSO progrediram para o Norte, ocupando grande parte da província etíope de Bale e, em junho, chegaram a cortar a via férrea destruindo algumas pontes. Outros grupos partiram de Hargeisa e avançaram para o Oeste, ocupando Jijiga em setembro e aproximando-se de Harer e Dire-Dawa, que não tomaram por ter deparado com crescente resistência por parte dos etíopes.

Em outubro de 1977 os combates foram muito violentos, com grande desgaste físico e material para ambos os contendores, que travavam uma verdadeira guerra convencional.

No princípio de 1978, porém, a vantagem passou para os etíopes. Em Addis-Abeba, o já presidente Mengistu tinha trocado o anterior apoio norte-americano por um vasto auxílio militar cubano-soviético, transportado em permanentes pontes aéreas (como acontecera em Angola).

Os somális começaram a ceder, sofrendo pesadas baixas, pois embora o seu material de guerra fosse também soviético, aqueles que os etíopes agora recebiam era mais moderno e incluía um poder aéreo que os russos nunca haviam concedido aos somális.

A artilharia pesada, os tanques T-62 e, em especial, os "Mig-21" libertaram facilmente as cidades etíopes de Harer, Dire-Dawa e Jijiga. A cidade somáli de Hargeisa foi bombardeada. E apesar de Mogadíscio ter decretado a mobilização geral, a derrota das suas tropas e dos grupos da FLSO tornou-se inevitável.

O presidente Siad Barre ordenou a retirada geral das forças somális em 8 de março e, uma semana depois, a guerra do Ogaden acabara sem que os etíopes tivessem, por sua vez, invadido a Somália. Mas 150.000 refugiados entraram na Somália fugindo à seca e aos militares etíopes.

Claro que Siad Barre apressou-se a expulsar os soviéticos do seu país. Eles nem chegaram a terminar as obras que haviam iniciado no porto de Berbera. Foram continuadas pelos norte-americanos, que substituíram os russos na Somália, tal como eles próprios haviam sido substituídos pelos soviéticos na Etiópia.

Nos dez anos seguintes, o governo de Mogadíscio evitou qualquer outra aventura militar, embora tivesse mantido o seu apoio à FLSO, que continuou a

operar no Ogaden, ainda que discretamente. E dedicou-se em especial à melhoria das condições econômicas e sociais do país, sensivelmente agravadas pelas secas e pela guerra.

De fato, no campo econômico, a Somália vive quase só do que o seu gado produz. As bananas, cultivadas em especial no Sul, junto dos dois principais rios locais, o Juba e o Shabele, em plantações que os italianos fizeram progredir, são o segundo produto exportável. Há esperança de que o país tenha urânio. Mas a única coisa certa é que a economia somáli vive da chuva.

Socialmente parece desenharse uma tendência para o sedentarismo. Até há pouco, 80% dos somális eram pastores nômades. Hoje começam a interessarse pela burocracia urbana e pela emigração para os Estados árabes do Golfo Pérsico.

É difícil prever ao que conduzirá esta evolução. Para já, as dificuldades políticas do regime monopartidário de Siad Barre — que só admite o Partido Socialista Revolucionário Somáli, o PSRS — aumentaram com a formação de um partido político ilegal, o Movimento Nacional Somali (MNS), que atua militarmente no Norte do país e é formado essencialmente por membros da etnia Issa, predominante nas áreas de Hargesia, Berbera e no litoral do Golfo de Aden, tal como em Djibuti.

Contra a guerrilha do MNS, o governo teria enviado tropas da

etnia sulista Darod (à qual pertence o próprio presidente Barre), as quais teriam destruído inúmeras aldeias e morto milhares de civis Issas, transformando a luta numa cruel guerra tribal.

Em meados de julho de 1989, ocorreram violentos distúrbios em Mogadíscio, cidade que tem hoje cerca de meio milhão de habitantes. Houve mortos e feridos e o MNS empolou o acontecimento, afirmando ter havido 1.500 mortos. O seu delegado em Londres declarou que se tratara de mais uma manifestação contra Siad Barre, violentamente reprimida pelos militares. Poucos dias antes, o bispo católico de Mogadíscio, um italiano, fora assassinado, estando o governo acusado de procurar o culpado sistematicamente entre os dirigentes religiosos muçulmanos, alguns dos quais foram presos.

Note-se que a população somáli é 95% islamizada, havendo apenas uns dois mil católicos, em grande parte italianos. Mas a influência da Itália é ainda muito grande na Somália, que é o país africano mais ajudado pelo governo de Roma, onde em especial constrói portos e estradas. Essa ajuda é criticada pelo MNS, que acusa Siad Barre e o seu governo de a desviar em proveito próprio.

O assassinato do bispo italiano e o agravamento da situação geral no país levou a Itália, no final de julho, a mandar evacuar a comunidade italiana.

Dizia-se que as deficiências

alimentares cresciam diariamente, mesmo em Mogadíscio, onde quer a água quer a luz faltavam com freqüência e a insegurança nas ruas aumentava, dela sendo em especial vítimas os elementos da etnia Issa lá residentes. Embora fossem só uns 1.500 a 2.000, esses Issas da capital eram em grande parte intelectuais, tendo alguns sido membros do governo.

Esta insegurança seria em grande parte provocada por milícias leais ao presidente Barre, que as integrara na Juventude Revolucionária do PSRS.

Havia também desinteligências no governo, tendo sido presos dois ministros, uns dos quais, o da Defesa, natural do Ogaden, acabara por ser morto num combate a sua escolta igualmente composta por ogadenses e os captores Darod enviados por Barre. Desde então, os soldados ogadenses da guarnição da capital tinham-se fechado nas suas casernas, vendose nas ruas apenas polícias e soldados Darod e Gambursi, etnias sulistas.

Dessa forma, um dos trunfos tradicionais da Somália, a quase identidade étnica dos seus habitantes, tendia a desaparecer, pois o governo de Siad Barre conseguira fazer sobressair, pelo menos três dos principais grupos tribais: Issas, Ogadenses e Darod, colocando-os uns contra os outros.

DJIBUTÍ

Com apenas 23.000 quilôme-

tros quadrados e 300.000 habitantes, Djibuti é um dos menores Estados africanos. Mas está longe de ser o menos importante.

Encravado entre a Etiópia, a Oeste e a Norte, e a Somália, ao Sul, Djibuti ocupa a zona costeira entre o fim do Mar Vermelho e o princípio do Golfo de Aden, dominando por completo o vital estreito de Bab-el-Mandeb.

A sua situação geográfica é por isso de enorme importância estratégica, tanto mais que nele começa o caminho-de-ferro que liga a Addis-Abeba e pelo qual transita quase tudo que entra ou sai da Etiópia. Daí que os franceses tenham transformado o porto de Djibuti num dos melhores e mais bem apetrechados de toda a costa oriental da África, além de ser um porto franco.

Aliás, é do porto de Djibuti que a República vive, pois o território interior é praticamente desértico, pouco ou nada produzindo além do gado que os seus habitantes nômades apascentam sob um sol causticante. Nos anos em que o canal de Suez esteve fechado, Djibuti conheceu graves dificuldades económicas, pois as receitas provenientes da atividade do caminho-de-ferro de Addis-Abeba eram insuficientes e a Somália pouco trabalho lhe dava, utilizando de preferência o seu porto de Berbera, apesar das suas piores condições.

O porto é também a capital e a única cidade da República de Djibuti.

buti, situada defronte da antiga e importante Aden, que os ingleses abandonaram em 1968, quando deram a independência ao Yemen do Sul. Nela vive metade da população do país.

O Djibuti de hoje é o "Território Francês dos Afars e Issas" da década de 70 e a Costa Francesa dos Somálias (ou Somália Francesa) que os franceses colonizaram desde 1881. Todos estes nomes pertencem ao mesmo território e o segundo indicado esclarece que a população é essencialmente composta por Afars, no Norte, e Issas, no Sul fronteiro com a Somália.

A independência, concedida em 1977, não deixou de encontrar sérias dificuldades. Quer a Etiópia quer a Somália reivindicaram o pequeno território, aquela porque o porto de Djibuti é vital para a sua economia, não podendo ficar nas mãos da inimiga Somália, e esta porque, além do excelente porto lhe convir, os Issas são o mesmo grupo étnico que habita o Norte da Somália — e que hoje compõe, em maioria, o ilegal Movimento Nacional Somali (MNS).

A França teve, pois, que subtrair a sua colônia à avidez da Etiópia e da Somália. Mas teve também de sanar os conflitos que surgiram entre Afars e Issas, aqueles querendo ficar donos do país e estes querendo-o juntar à Somália. Tudo isto sem deixar de dar uma independência que já era inevitável em todos os territórios coloniais.

A solução foi colocar em Dji-

buti cerca de 400 soldados da Legião Estrangeira e dar à economia local um apoio que lhe tem permitido conhecer um rendimento anual "per capita" cinco vezes superior aos da Etiópia e da Somália. A população nativa sabe bem que as suas condições econômico-sociais são muito melhores que as dos países vizinhos e por isso vai vivendo sem grandes problemas. Isto apesar de as receitas portuárias estarem em retrocesso, pois a fronteira com a Somália está fechada e o movimento do caminho-de-ferro de Addis-Abeba é agora pequeno. Mas a saída dos ingleses de Aden favoreceu Djibuti, que hoje tem enorme importância para todos os navios que passam pelo Canal de Suez.

Existe uma comissão mista Djibuti-França, cuja importância cresce à medida que as dificuldades com a Somália e com a Etiópia aumentam. Por seu lado, o presidente Hassan Aptidon visitou há pouco a França e os ministros franceses da Defesa e da Cooperação foram a Djibuti, parecendo assegurada a manutenção da presença da Legião e a continuação da ajuda orçamentária. Aliás, na reunião francófona de Dakar, em maio de 1989, o presidente Mitterrand incluiu Djibuti na lista dos países a quem a França perdoou a sua dívida.

A situação na Etiópia levou mais de 100.000 refugiados a abrigarem-se em Djibuti desde 1980 para cá. E o mesmo está a suceder a milhares de Issas que fu-

gem da Somália devido à atuação do exército de Siad Barre contra os guerrilheiros do MNS.

CONCLUSÃO

Apesar das negociações em curso, não se pode esperar para já a paz no "Corno de África".

No que se refere à Etiópia, algumas facções rebeldes da Eritreia, opostas à FPLE, não aceitaram a mediação de Jimmy Carter, acusando o antigo presidente norte-americano de favorecer a FPLE, além de não aceitarem a federalização com que Carter simpatizava e a que Mengistu não mostrava grande oposição.

Aliás, a Eritreia também só se satisfazia com a independência.

Por seu lado, a Frente Popular de Libertação do Tigré, que anteriormente se mostrara moderada, endureceu a sua atitude, quando não foi convidada para a reunião de Atlanta. Juntou-se ao Movimento Popular Democrático da Eritreia (MPDE), que também não fora convidado por Carter, e formou a Frente Democrática Revolucionária Popular (FDRP), cujo objetivo já não era apenas a autonomia do Tigré, mas também a derubada do regime de Mengistu. E, na segunda metade de outubro de 1989, lançou uma ofensiva, chegando a 250 quilômetros de Addis-Abeba e ameaçando cortar a estrada entre a capital etíope e o porto de Assab, onde se encontra a única grande refinaria de petróleo da Etiópia.

Esta movimentação da FPLT levou o governo de Mengistu a iniciar conversações que tiveram lugar em Roma, em novembro e em dezembro de 1989. O único acordo conseguido foi realizar uma terceira rodada de negociações, também em Roma, mas em 20 de março de 1990.

Entretanto a FPLT continuava a sua ofensiva e, no final de dezembro tomava as vilas de Rabel e de Mehal Meda, a cerca de 160 quilômetros de Addis-Abeba, matando perto de 2.000 soldados etíopes.

Refira-se que a FPLE apoiou a ofensiva da FPLT, tendo-se até prestado a ir ocupar certas regiões do norte do Tigré, enquanto os guerrilheiros tigrênses se deslocavam para o sul na sua "marcha" sobre Addis-Abeba.

Essas movimentações comprometeram a reunião de Atlanta. A única decisão tomada e tornada pública foi realizar nova reunião mas em Nairobi, no Quênia, em 18 de novembro. Jimmy Carter foi novamente o mediador. E novamente ocorreu o fracasso. Apenas se reconheceu a necessidade de uma maior ajuda internacional para evitar a morte à fome de um milhão de civis eritreus.

Aliás, as condições meteorológicas, aliadas à guerra, ameaçam outros tantos etíopes e tigrênses.

O governo de Mengistu continua divergindo das organizações estrangeiras que prestam auxílio médico e alimentar, sempre rece-

ando que esse auxílio seja desviado para os rebeldes eritreus e tigrenses. Não há acordo nem quanto ao montante do auxílio (o governo etíope pede 400.000 toneladas de alimento mas as organizações internacionais dizem que nem o dobro chega para auxiliar todos), nem quanto aos corredores geográficos a utilizar para o transporte e distribuição.

Por outro lado, o presidente etíope começa a reconhecer a sua crescente debilidade. A Alemanha Oriental, sua grande aliada, tem novo regime nada favorável ao marxismo-leninismo teimoso de Mengistu. Moscou diminuiu o seu auxílio e desencorajou qualquer política que não incluía o diálogo não-militar. A maioria dos 600 conselheiros militares russos na Etiópia regressaram ao seu país. E Cuba começou a repatriar os seus soldados, presentes na Etiópia desde a guerra de 1977.

Não admira por tudo isto que Mengistu se mostre cada vez mais preocupado.

Quanto à Somália, a situação continua a ser muito grave.

Ao prometer inaugurar o multipartidarismo no país, o presidente Siad Barre parece decidido a terminar a guerra com o MNS. Até agora, porém, falta um mediador capaz.

Além disso, a grave situação existente no Norte, alastrou ao Sudoeste onde desponta o Movimento Patriótico Somali (MPS).

No final de setembro, o Presi-

dente queniano, Daniel Moi, acusou os militares somálicos de terem chacinado centenas de civis somálicos que se haviam refugiado na cidade fronteiriça queniana de Liboi. Para isso, teriam penetrado no Quênia, violando a fronteira entre os dois países.

Muitos destes civis já pertenciam ao MPS. Os massacres só fizeram com que muitos outros se alistassem. E já há quem diga que Siad Barre se encontra isolado na região em redor de Mogadíscio.

Não se pode ser muito otimista em face de tal situação.

No entanto, o presidente somáli tem tomado algumas medidas de interesse económico-político externo.

Uma delas foi pedir ao governo de Roma para fazer regressar à Somália os italianos evacuados no final de julho de 1989, os quais são indispensáveis à economia do país.

Além disso, já em agosto, procurou renovar os contatos com a Rússia e estabeleceu com Cuba as relações que cortara após a guerra de 1977-78. Nessa altura, o congresso norte-americano suspendera parte da ajuda que os Estados Unidos forneciam à Somália, após denúncias de que essa ajuda estaria a ser empregada pelo governo somáli nas operações militares contra o MNS. Se Barre conseguir um acordo com este movimento (e com o MPS), aquela preciosa ajuda talvez volte.

A verdade, porém, e que um tal acordo parece cada vez mais

longínquo. Ainda no final de 1989, foram anunciados violentos combates e os rebeldes do MNS afirmaram ter tomado a cidade de Hargeisa e o porto de Zeila, próximo de Djibuti.

Quanto a Djibuti, é evidente que só terá a ganhar com o acalmar das tensões na Etiópia e na Somália.

Não se espere no entanto que o martírio das populações do "Corno de África" termine rapidamente, apesar da boa vontade das superpotências. A radicalização assumida pelos diversos contendores durante tantos anos, não permite pressas nem precipi-

tações que, como se viu em Angola, só podem ser contraproducentes.

O que parece certo é a continuação da seca e, portanto, da fome. Prevê-se que estejam ameaçados de morrer de fome, em 1990, mais dois milhões de etíopes.

E, segundo a Anistia Internacional, vários milhares de seres humanos serão ainda mortos pelos governos da Etiópia e da Somália, países que o último relatório da A.I. inclui entre os que menos respeitam os mais elementares direitos humanos.

Com razão, a situação do "Corno de África" é considerado como das mais trágicas de todo o mundo.

Hélio Felgas é Brigadeiro das Forças Armadas Portuguesas.
